

RODRIGO AGUIAR

O governador Rui Costa anunciou ontem a prorrogação de medidas restritivas para tentar conter o avanço do novo coronavírus no estado, com toque de recolher em todo o estado até o final do mês e manutenção do comércio não essencial fechado na Grande Salvador até 5h da próxima segunda-feira.

Permanece autorizado somente o funcionamento de serviços classificados como essenciais ou ligados à saúde e ao enfrentamento da pandemia, como transporte, serviço de entrega de medicamentos e demais insumos, venda de gêneros alimentícios, feiras livres, atividades de segurança, urgência e emergência.

Das 18h da próxima sexta-feira até 5h de segunda será novamente proibida a venda de bebida alcoólica em todo o estado, inclusive por delivery. O toque de recolher, atualmente em vigor das 20h às 5h, seguirá até o fim de março. Também foi determinado o fechamento do comércio nos sábados e domingos em todos os municípios baianos.

Atos religiosos poderão ocorrer, respeitados os protocolos sanitários e a capacidade máxima de lotação de 30% dos templos. Ficam vetados, até segunda-feira, procedimentos cirúrgicos eletivos não urgentes ou emergenciais nas unidades de saúde públicas e privadas do estado. As medidas foram anunciadas após reuniões virtuais do governador com prefeitos de diversas regiões do estado ao longo do dia.

Cenário

Rui reiterou a necessidade de prorrogar as medidas restritivas para tentar conter a disseminação do novo coronavírus. “Estamos adotando medidas que não gostaríamos de ter que tomar. Sabemos do grau de informalidade da economia baiana, mas não temos alternativa. Essa é uma doença coletiva e, portanto, o único jeito de barrar o crescimento dessa doença é restringindo o contato das pessoas”, disse.

“Tomamos essa decisão com base no que estamos

COVID-19 Toque de recolher na Bahia é prorrogado até o dia 31 e comércio não essencial na Grande Salvador só volta a funcionar a partir de 5h de segunda

Estado mantém bloqueio até a próxima segunda-feira



Olga Leiria / Ag. A TARDE

Desde 17 de janeiro a prefeitura realiza testes rápidos em bairros da capital, como ontem na Fazenda Grande

SMS amplia testagem em bairros

Com o aumento do índice de casos de Covid-19 nos bairros de Salvador, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) tomou a medida de ampliar a oferta de testes rápidos para detecção da doença.

Antes disponíveis em 24 postos de saúde, agora as testagens alcançam 58 unidades em 6 bairros da cidade. Somente ontem, de 898 pessoas testadas, cerca de 27% foram diagnosticadas com Covid, ou 243 pessoas.

A medida foi tomada para desafogar o sistema de saúde, uma vez que os pacientes diagnosticados podem ser mais facilmente encami-

nhados tanto para o isolamento domiciliar quanto para o acompanhamento médico, a depender do estado de saúde do indivíduo. No isolamento, o cidadão tem direito ao acompanhamento remoto da SMS através do programa Salvador Protege. Caso os sintomas sejam graves, a equipe de saúde avaliará a necessidade de encaminhamento para as Unidades de Pronto Atendimento ou internamento hospitalar.

Por isso, o procedimento é voltado apenas para pacientes que apresentam sintomas da doença. O teste ofer-

tado pelas unidades de saúde é o antígeno, que possui mais de 93% de sensibilidade para o diagnóstico da Covid-19. É coletada amostra de secreção do nariz pelo cotonete e o resultado sai em até 45 minutos.

Desde o início da estratégia, que inicialmente incluía a Boca do Rio, mais de 320 mil testes foram realizados. No bairro de São Marcos, que foi incluído antontem na lista, já foram realizados 150 testes, dos quais 44 deram positivo. Isso significa que, se só os números de ontem fossem levados em consideração, 29% da po-

pulação residente em São Marcos estaria testando positivo para o coronavírus. De acordo com Fábio Mota, coordenador das ações em favor à vida, a situação do bairro pedia por essa medida. “Quando a gente entrou com a ação na Boca do Rio, a taxa de positividade era de 33% nos testes rápidos. Esse número caiu para menos de 12%. Daí, a gente fez a mudança para São Marcos, onde a situação está grave, ainda mais se juntar com os casos de Pau da Lima.

LUANA LISBOA, SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Vice-prefeita cobra custeio de leitos pelo governo federal



FERNANDO VALVERDE

Com o avanço do coronavírus em Salvador, e a mobilização cada vez mais frequente de leitos e de hospitais de campanha na cidade, a preocupação com as contas públicas tem estado em evidência nos últimos meses. Com a ausência do repasse do governo federal para o custeio dos leitos de UTI, municípios precisam equilibrar seus recursos para evitar que além do colapso do sistema de saúde, haja um colapso financeiro.

Em entrevista para o programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, a vice-prefeita de Salvador e secretária de Governo do município, Ana Paula Matos (PDT), afirmou que a gestão fiscal promovida na cidade nas últimas gestões permitiu um maior controle dos recursos destinados no combate à doença, mas reiterou a importância de que o governo federal cumpra com suas obrigações de repasses.

“Desde o início dos casos de doença na cidade, o então



Ana Paula Matos foi a entrevistada do Isso é Bahia

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 28.12.2020

prefeito ACM Neto fez uma reunião com todos os secretários para viabilizar a destinação de recursos de forma prioritária para a saúde. Esse processo foi mantido ao longo do ano e nosso atual prefeito, Bruno Reis, também fez esse dever de casa. A secretária da Fazenda nos mostrou que no ano passado houve uma compensação dessas perdas por conta de recursos como o fundo de participação dos municípios do governo federal e em outros custeios, algo que não tem acontecido neste ano, já que o governo federal não tem auxiliado no cus-

teio dos leitos de UTI. Cada leito de UTI tem uma diária de R\$ 2.400, anteriormente com R\$ 1.600 custeados pelo governo federal, e R\$ 800 pelo município. Porém, neste ano não houve esse custeio e todo esse custo está sendo integralmente arcado pela prefeitura de Salvador”, disse Ana Paula.

Hospital Salvador

Ela explicou também os motivos que levaram a prefeitura a aderir ao modelo de parceria público-privada (PPP) para a administração do Hospital Salvador, que será exclusivo para o trata-

mento de Covid-19, e gerido pela Santa Casa de Misericórdia.

“Esse modelo nos dá condição de ter maior agilidade no enfrentamento ao problema, já que não possui a série de prazos que tem, por exemplo, após uma licitação, e na luta contra o coronavírus o tempo é um fator fundamental. É um investimento muito alto e em longo prazo que estamos fazendo, a um custo de aproximadamente R\$ 60 milhões extras por mês”.

LEIA A REPORTAGEM NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

Bahia ultrapassa 12 mil mortes por Covid-19

ALEX TORRES

Com 114 mortes registradas nas últimas 24 horas, a Bahia ultrapassou a marca de 12 mil vítimas fatais da Covid-19 e fechou o balanço da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) de ontem com o total de 12.028 óbitos em decorrência da doença.

Segundo o boletim epidemiológico, as recentes mortes contabilizadas ocorreram em diferentes datas – entre 28 de julho e 1º de março –, mas só puderam ser incluídas nos dados da secretaria a partir desta atualização. Com isso, a taxa de letalidade da doença no território baiano corresponde a 1,74% de todos os 689.454 casos confirmados.

Dentro deste montante de contaminações, mais de 658 mil pessoas já conseguiram se recuperar da doença, enquanto 19.197 pacientes ainda seguem sendo considerados como “casos ativos”. Atualmente, cerca de 43,1 mil profissionais baianos da área de saúde já tiveram diagnóstico positivo para a Covid-19. A Sesab ainda suspeitas de infecções por Covid-19 foram descartadas do sistema e 160.723 possibilidades são investigadas.

vido: a dura realidade que nós, prefeitos, estamos enfrentando para gerenciar o nosso sistema de saúde. Hoje mesmo, em Salvador, acordamos com 96 pacientes aguardando leitos de UTI e de enfermaria, sendo que de UTI são 58. As nossas UPAs já estão lotadas, com pacientes nos corredores e nas macas, e nós tivemos que adotar essas medidas para evitar que um mal pior acontecesse”, afirmou o prefeito de em Salvador, Bruno Reis.

Uma nova avaliação do cenário deve ser feita na manhã de segunda-feira pelos prefeitos da região metropolitana, segundo a prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho. “É importante que se diga que faremos uma avaliação a cada semana. O que importa é dar a decisão com uma antecedência mínima. Também colocamos para o governo do Estado a necessidade de colocar mais ônibus à disposição da população, para evitar aglomeração nos veículos”, afirmou Moema.

O Ministério Público da Bahia (MP) solicitou à Justiça a circulação de 100% da frota de ônibus do sistema de transporte coletivo municipal em Salvador durante os horários de pico – das 5h às 8h, das 8h às 12h e das 15h às 21h. O MP informou que, atualmente, a capital tem 83% dos ônibus em circulação, conforme dados da Secretaria municipal de Mobilidade Urbana (Semob).

Hospital

O governador autorizou uma licitação emergencial para a abertura do Hospital Metropolitano, em Lauro de Freitas, com o objetivo de instalar na unidade 200 leitos para tratamento de pacientes com Covid-19. Serão 100 leitos de UTI e 100 leitos clínicos.

No entanto, inicialmente, o hospital abrirá com 40 leitos de UTI e 30 clínicos. A expectativa é de que, após o lançamento da licitação, a unidade comece a funcionar em três semanas.

Campanha da Arena Fonte Nova será reativado amanhã à noite. Segundo o governador, serão instalados 100 leitos de UTI no local.

PGE pede para STF viabilizar aplicação de vacina

DA REDAÇÃO

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia ingressou ontem com uma nova ação judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) para viabilizar o acesso à vacinação contra Covid, já que a decisão até agora permite a compra de vacinas sem autorização da Anvisa, mas não a aplicação. Em janeiro, a Procuradoria havia entrado com pedido para obter permissão de compra direta da vacina russa Sputnik V.

Ainda de acordo com a PGE, o pedido de autorização ao STF é para possibilitar a aquisição, importação e dispensação à população baiana de quaisquer vacinas contra a Covid-19, que já sejam registradas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou, na falta do registro do órgão, preencham conjuntamente os seguintes requisitos: estejam sendo utilizadas pelos respectivos países de origem e que tenham sido liberadas por uma das seguintes agências estrangeiras: Food and Drug Administration (FDA), European Medicines Agency (EMA); Pharmaceuticals and Medical Devices Agency; ou National Medical Products Administration (NMPA).